



## **Prezado (a) conselheiro (a),**

Estamos encaminhando um clipping de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

*Brasília, 04 de agosto de 2010*

*Gazeta do Povo - Curitiba/PR*

*Ministério da Saúde | Órgãos Vinculados | Conselho Nacional de Saúde*

## **Previdência e saúde são problemas crônicos do PR**

### *VIDA PÚBLICA*

A avaliação anual do governo do Paraná feita pelo Tribunal de Contas do Estado (TC) revela ao menos dois grandes problemas crônicos da administração Estadual que se repetem há anos sem que haja uma solução: falta de investimentos em saúde e rombo nos cofres da previdência do funcionalismo.

Esses dois dilemas voltaram a ser discutidos ontem, durante a sessão do TC de apreciação das contas do governo relativas a 2009. Embora aprovadas com ressalvas, as contas da gestão da saúde e da Paranaprevidência foram questionadas e produziram algo raro no tribunal: dois dos seis conselheiros votaram pela desaprovação das contas do governador, algo que não ocorria desde as contas de 1993.

O Ministério Público junto ao TChavia recomendado a reprovação das contas. A principal punição prevista para o governante, no caso de contas reprovadas, é a inelegibilidade. Mas a decisão teria de ser referendada pela Assembléia.

O problema na gestão da saúde foi o mesmo de anos anteriores: para completar o porcentual mínimo de gastos obrigatórios na área, exigidos pela Constituição Federal, o governo inclui despesas que não são diretamente ligadas à área. Exemplos são os investimentos em saneamento básico e os gastos com o programa Leite das Crianças. O Tribunal de Contas, com base em uma resolução do Conselho Nacional de Saúde, acredita que esses gastos não podem ser contabilizados na rubrica da saúde.

Nos últimos dez anos, o desrespeito ao mínimo constitucional aplicado em saúde foi constatado pelo tribunal em sete ocasiões. Três delas (2000, 2001 e 2002) foram durante o governo de

Jaime Lerner. Outras quatro ocasiões (2003, 2004, 2005 e 2009) foram registradas em governos da administração de Roberto Requião.

Descontados os gastos de outras áreas, de acordo com o relatório feito pelo conselheiro Fernando Guimarães, o estado investiu em saúde 9,94% de suas receitas correntes líquidas no ano passado. A

Constituição ordena que o mínimo seja de 12%. Pelas contas do governo, incluídas as despesas adicionais, o gasto foi de 12,08%.

A reportagem tentou contato ontem com Roberto Requião e com o secretário responsável pela pasta da Saúde até o ano passado, Gilberto Martin. Mas não conseguiu localizá-los. Em anos anteriores, o governo sempre afirmou que saneamento e programas assistenciais como a distribuição de leite para crianças de baixa renda são fatores importantes para prevenir doenças. E, portanto, podem ser computados como gasto de saúde.

Por enquanto, o tema é controverso. Somente a regulamentação da Emenda Constitucional n.º 29, pelo Congresso Nacional, poderá resolver o assunto, dizendo quais itens podem e não podem ser computados. Acreditamos que, por enquanto, os gastos só podem ser incluídos se o governo apresentar dados comprovando o benefício para a saúde que esses investimentos trazem, afirmou o relator, Fernando Guimarães.

Outro problema grave da gestão estadual, segundo o relatório do TC, diz respeito ao fundo de previdência dos servidores públicos paranaenses. Desde 2005, o governo do estado teria deixado de repassar verbas referentes às chamadas contribuições com financiamento. O déficit apontado na ParanaPrevidência estaria perto de R\$ 1 bilhão atualmente.

A gestão da previdência também tem sido alvo de freqüentes críticas por parte dos conselheiros. O tema foi alvo de ressalvas em três das últimas dez prestações de contas, todas relativas ao governo Requião: em 2003, 2006 e nas contas de 2009, julgadas ontem. É claro que um fundo de previdência como esse pensa em um período de 50 anos, de 100 anos. Ninguém está dizendo que o governo precisa pôr todo esse valor imediatamente lá. Mas precisa dizer como vai resolver esse problema [o rombo], afirma Fernando Guimarães.

A ParanaPrevidência foi criada nos anos 90, durante o governo Jaime Lerner, para receber contribuições dos servidores e do poder público. O fundo, gradualmente, vem assumindo o pagamento dos aposentados e pensionistas do estado. Atualmente, porém, o governo não estaria pagando parte de sua contribuição, o que gera um déficit nas contas e pode complicar os pagamentos das futuras aposentadorias.

Embora as contas tenham sido aprovadas, o presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Hermas

Brandão, respondeu a um pedido de Fernando Guimarães para que seja instalada uma auditoria na ParanaPrevidência. Hermas não respondeu diretamente, mas disse que serão tomadas providências sobre o caso. Hoje, a ParanaPrevidência tem cerca de R\$ 9 bilhões em seus fundos e responde por 96 mil aposentados e pensionistas.

Diretor-presidente da ParanaPrevidência, Munir Karam afirmou ontem que a situação está sob controle. Esses repasses são referentes a depósitos feitos antes de 2005 com alíquota menor. Estamos fazendo o lançamento contábil desses valores. O pagamento não precisa ser feito agora porque o que temos no fundo é suficiente para fazer os pagamentos de nossos beneficiários, disse. Segundo Karam, um projeto do novo plano de custeio, que pode representar aumento da contribuição do servidor, está sendo elaborado. A idéia é enviá-lo à Assembléia ainda neste governo.

*Brasília, 04 de agosto de 2010*

*O Globo/BR*

*Ministério da Saúde | Órgãos Vinculados | SUS*

## **O debate dos fracassos enriquece a agenda**

*OPINIÃO*

*ELIO GASPARI*

Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva podem melhorar a agenda da sucessão presidencial se substituírem a retórica da marquetagem pela discussão dos fracassos de programas pontuais, relacionados com temas livres de polêmicas.

Não se trata de mostrar a vidraça quebrada para culpar o outro, mas de dizer o que se pode fazer para consertar a janela. Nem tudo o que dá errado precisa continuar dando errado. O maior fracasso social-marqueteiro de Nosso Guia foi o programa Fome Zero. Corrigido, transformou-se no seu maior êxito, o Bolsa Família. Adiante vão dois exemplos de fracassos. Em ambos, o governo saciou sua voracidade publicitária e, diante dos resultados bisonhos, ofereceu explicações do tipo "temos um problema em Kabul porque invadimos o Afeganistão". Com isso, deu ao mau desempenho um verniz de fatalidade, mascarando a inépcia.

**Programa Papel Passado:** Em 2003, o governo federal lançou uma iniciativa destinada a regularizar a propriedade de imóveis no andar de baixo das cidades brasileiras. Pretendia beneficiar um milhão de famílias em três anos. Gastou R\$ 50 milhões e, até maio passado, produziu 136 mil escrituras registradas em cartório.

Num cálculo grosseiro, os sem-papéis brasileiros estão em cima de um patrimônio de R\$ 150 bilhões, mas por falta de papéis têm insegurança jurídica e dificuldades no acesso ao crédito bancário. São moradores de favelas ou mesmo de uma empulhação burocrática chamada "loteamento clandestino", como se fosse possível existir um bairro na clandestinidade. Explicações para a ruína, o comissariado tem de sobra.

**Enem Vestibular:** No ano passado o MEC anunciou um sistema capaz de transformar as provas do Enem em instrumento de seleção para a primeira fase do vestibular das universidades federais. Os educatecas prometiam que a garotada teria duas, talvez três, oportunidades de fazer o exame durante o ano. Um sonho. Deu tudo errado. Roubaram as provas, o MEC pôs no ar listas malfeitas e até hoje há estudante reclamando. Quanto às três oportunidades, tchau. Neste ano haverá

um só exame. Se alguém trabalhar direito, algum dia a prova será informatizada e a garotada fará vários exames por ano, como nos Estados Unidos.

Há ainda dois fracassos conhecidos, compartilhados por Dilma Rousseff e José Serra, ruínas tucanas que prosperaram na gestão petista. No projeto do Cartão SUS, o governo atolou R\$ 400 milhões e produziu apenas irregularidades. No cumprimento da lei que obriga os planos de saúde privados a ressarcir a Viúva quando os seus clientes são atendidos pelo SUS, ambos conseguiram quase nada.

Há poucas semanas, as repórteres Fabiane Leite e Mariana Mandelli mostraram que o Hospital São Caetano, tradicional instituição de São Caetano do Sul (SP), fechou serviços e despejou na rede pública dezenove clientes do plano Di Thiene que lá estavam internados. Recebê-los no Hospital Brasil, que o administra, nem pensar. Sua controladora, a rede D"Or, informou que, contratualmente, não tem esse compromisso. Ao saber do despejo, o presidente da ANS, Maurício Ceschin, disse o seguinte: "Eu nunca vi isso na minha vida." A patuleia, que sustenta a ANS, já viu, várias vezes.

ELIO GASPARI é jornalista.

*Brasília, 04 de agosto de 2010  
Diário Catarinense - Florianópolis/SC  
Congresso Nacional | Emenda 29*

## **Esforço vira campanha**

### *POLÍTICA*

Brasília - De terno e gravata no Congresso ou em mangas de camisa nos comícios, eles só pensam em campanha. Os parlamentares iniciaram ontem a semana de esforço concentrado: a primeira das duas que vão ocorrer até outubro. A dificuldade de atingir o quórum de votações durante a tarde tinha uma explicação eleitoral. Deputados e senadores peregrinavam pelas direções dos partidos em busca de mais dinheiro para alavancar candidaturas, enquanto outros aproveitavam para prometer apoio a policiais que circulavam fazendo lobby pela votação da proposta que aumenta o piso salarial da categoria, e aprefeitos que pediam a regulamentação da Emenda 29. "A maioria das pessoas vai chegar mais tarde para votar. Eu vim cedo porque estou em campanha", explicou a deputada Vanessa Graziotin (PCdoB-AM).

Com os microfones abertos e os canais de TV institucionais à disposição, candidatos a cargos majoritários aproveitaram para mandar recados a eleitores e desafetos. Fernando Collor (PTB-AL) resolveu reclamar das informações que davam conta da impugnação de sua candidatura por conta da Lei Ficha Limpa, enquanto Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) decidiu atacar o governo Lula e atribuir a ele a culpa pelas enchentes que atingiram seu estado em junho. Na Câmara, Sarney Filho (PV-MA) usou a tribuna para tentar explicar a decisão do TRE do Maranhão de tirá-lo da lista dos fichas-sujas. Pelo Salão Azul, políticos famosos eram perseguidos por cinegrafistas contratados para colher "depoimentos" favoráveis a outros candidatos. Após sair do atendimento médico devido a mal-estar, Sarney teve

deparar para gravar depoimento para a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Delcídio Amaral (PT-MS) deu depoimento para Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Em busca de ajuda financeira para as campanhas, deputados reclamavam pelos cantos da omissão dos diretórios nacionais. "Nosso partido não tem dinheiro. Tenho dito isso e já deixei claro que os recursos vão para diretórios regionais", esbravejou o presidente do DEM, Rodrigo Maia (RJ).

**MAIS DINHEIRO** Tom de campanha também na Comissão de Assuntos Econômicos, onde parlamentares aliados do governo Lula aprovaram nove propostas de autoria do Executivo que autorizam empréstimos de R\$ 3,5 bilhões para quatro estados, tendo o governo como avalista. Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Ceará são os beneficiados. Parlamentares das regiões não perderam tempo e trataram de capitanear a abertura das portas para entrada de recursos. Aloizio Mercadante (PT-SP) foi agradecer aos colegas e ressaltar seu empenho para possibilitar a votação e Delcídio Amaral (PT-MS) aproveitou para elogiar o presidente. "Esse é o papel do presidente Lula.

No meio de uma campanha libera recursos para atender inclusive governos comandados por partidos adversários", comemorou o Delcídio Amaral. Com tanto interesse em jogo, a proposta foi aprovada em plenário a toque de caixa. No fim das contas, os senadores até cumpriram a missão e votaram as medidas provisórias que trancavam a pauta. Projetos de transferência de recursos foram aprovados e os que transformam as secretarias de Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial e Portos em ministérios foram aprovadas. Na Câmara, até o fechamento desta edição, o presidente Michel Temer (PMDB-SP) tentava acordo com os líderes para possibilitar votações.

#### Expediente

##### **Carta Eletrônica do CNS**

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 04 de agosto de 2010.

Secretaria Executiva do CNS

Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde